

O.S. ASSOCIAÇÃO CONGREGAÇÃO DE SANTA CATARINA

CNPJ nº 60.922.168/0026-34

Demonstrações Financeiras

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2015	2014
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	71	93
Contas a receber - contrato de gestão	7	14.450	22.422
Estoques		193	315
Créditos diversos		306	1.573
Total ativo circulante		15.020	24.403
Não circulante			
Depósitos judiciais		239	96
Imobilizado e intangível	8	5.419	6.528
Total do ativo não circulante		5.658	6.624
Total do ativo		20.678	31.027

Passivo	Nota	2015	2014
Circulante			
Fornecedores		903	1.353
Empréstimos conta garantida	9	11	2.376
Obrigações trabalhistas	10	18.697	23.630
Obrigações tributárias		1.599	2.572
Outras contas a pagar	11	12.244	2.672
Total do passivo circulante		33.454	32.603
Não circulante			
Contingências	12	5.484	5.253
Bens públicos em nosso poder	13	5.419	6.528
Total do passivo não circulante		10.903	11.781
Total do passivo		44.357	44.384
Patrimônio líquido	14		
Patrimônio social		-	-
(Déficit) acumulado		(23.679)	(13.357)
Total do patrimônio líquido		(23.679)	(13.357)
Total do passivo e patrimônio líquido		20.678	31.027

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercício findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)			
	Patrimônio social	(Déficit) acumulado	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2014	-	(21.870)	(21.870)
Superávit do exercício	-	8.513	8.513
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	(13.357)	(13.357)
(Déficit) do exercício	-	(10.322)	(10.322)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	(23.679)	(23.679)

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A Associação Congregação de Santa Catarina, qualificada como Organização Social de Saúde, por meio dos Contratos de Gestão e Operacionalização, denominado "Contrato de Gestão e Operacionalização", firmado com a Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo, manteve a operacionalização da O.S Associação Congregação de Santa Catarina ("Entidade") nas microrregiões de Cidade Ademar, inicialmente através dos Contratos de Gestão nº 05/2008, com vigência até 31/08/2015 e Socorro Parelheiros, Pronto Socorro Municipal Balneário São Jose, e Pronto Socorro Municipal Dna. Maria Antonieta de Barros no município de São Paulo, através dos Contratos de Gestão nº 11/2008, nº 14/2009 e nº 24/2009 firmados com a Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo em 1º de fevereiro de 2008, 1º de outubro de 2008, 1º de abril de 2009 e 1º de agosto de 2009, com vigência até 31/03/2015 visando atividades de atendimento, reabilitação, prevenção e promoção da saúde de uma pessoa ou população, por meio de atendimentos individuais. Os Contratos de Gestão têm suas verbas orçamentárias repassadas à Entidade pela Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo, sendo fixadas e distribuídas em Custeio e Investimentos. A Entidade, por meio do Contrato de Gestão contribui para o atingimento dos requisitos estabelecidos pela Lei nº 12.101/2009, chamada "Lei da Filantropia", operacionalizado pela Associação Congregação de Santa Catarina. **Planejamento da Administração:** A Associação Congregação de Santa Catarina - ACSC "Mantenedora", faz a gestão e operacionalização da O.S Associação Congregação de Santa Catarina. A Entidade vem apresentando déficits e passivo a descoberto, que estão sendo suportado por sua Mantenedora sempre que necessário, garantindo assim a continuidade das operações da Entidade. Em 5 de agosto de 2015 a Entidade celebrou o Contrato de Gestão nº R017/2015 para Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde de Santo Amaro/Cidade Ademar, que estabelece o prazo de 5 anos de duração. De acordo com o contrato o orçamento definido prevê os próximos 12 meses após assinatura do contrato, como repasse de verbas para custeio no montante de R\$ 178.112. A administração da Entidade entende que o valor definido é suficiente para manutenção das atividades. O orçamento para o período de administração contratual de setembro de 2016 a outubro de 2017, está em análise por parte da administração junto com a Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo. **2. Contratos descontinuados durante o período:** Durante o exercício de 2015 os seguintes contratos de gestão e operacionalização foram entregues em virtude da não renovação dos contratos de gestão: O contrato nº 11/2008, processo 2008-0-148.127-7 em termo aditivo nº 021/2014, referente ao gerenciamento e execução de atividades e serviços de saúde no âmbito da **Microrregião Socorro/Parelheiros**, foi encerrado em 31 de março de 2015. O contrato nº 14/2009, processo 2008-0.313.113-1 em termo aditivo nº 017/2014, referente ao gerenciamento e execução de atividades e serviços de saúde no âmbito do **PSM Balneário São José**, foi encerrado em 31 de março de 2015. O contrato nº 24/2009, processo 2008-0.306.401-9 em termo aditivo nº 016/2014, referente ao gerenciamento e execução de atividades e serviços de saúde no âmbito da **PSM Maria Antonieta Ferreira de Barros**, foi encerrado em 31 de março de 2015. O contrato nº 05/2008, processo 2007-0.387.260-1 em termo aditivo nº 027/2014, referente ao gerenciamento e execução de atividades e serviços de saúde no âmbito da **Microrregião Cidade Ademar**, prorrogou sua vigência pelo período compreendido entre 31 de outubro de 2014 e 31 de março de 2015. **3. Base de preparação: a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das demonstrações foi autorizada pela Diretoria Administrativa em 24 de fevereiro de 2016. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídos nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 12 - Provisão para contingências; **4. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **a. Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros não derivativos:** A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado. **(ii) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. **Recebíveis:** Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis

são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem contas a receber de contrato de gestão e créditos diversos. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. **(iii) Passivos financeiros não derivativos:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **Instrumentos financeiros derivativos:** Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2015 e 2014, incluindo operações de *hedge*. **b. Contas a receber - Contrato de gestão:** As contas a receber sobre a parcela mensal definida conforme Contrato de Gestão Municipal são registradas pelos valores faturados, e são ajustados por provisão para perdas com crédito de liquidação duvidosa constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer em face de eventuais perdas na realização do contas a receber. **c. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques estão relacionados, principalmente, a medicamentos para serem utilizados junto aos pacientes atendidos no serviço de saúde. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. **d. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Os itens do ativo imobilizado da Entidade são bens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou de outros fatores específicos. **(ii) Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Equipamentos de processamento de dados	5 anos
Veículos	5 anos
Instalações	10 anos
Instrumentos sonoros	10 anos
Aparelhos de medicina e cirurgia	10 anos
Instrumentos de cirurgia	10 anos
Móveis e máquinas	10 anos
Benfeitorias	25 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **e. Ativos intangíveis: (i) Reconhecimento, mensuração e amortização:** O ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a. **f. Redução ao valor recuperável (impairment): (i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão. **g. Provisão, passivo circulante e não circulante:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **h. Demais ativos circulantes e não circulante:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços. **i. Patrimônio líquido:** Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade. **j. Receitas - Contratos de gestão:** O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de prestações de serviços é gerada com base no Contrato de Gestão firmada com a Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo, em que a Associação Congregação de Santa Catarina assumiu a gestão e operacionalização da O.S Congregação Santa Catarina. **k. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros e aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros e despesas bancárias. **l. Apuração do resultado:** O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. **m. Receitas com trabalhos voluntários:** As receitas com tra-

Demonstrações de resultados Exercício findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2015	2014
Receitas operacionais líquidas			
Receitas contrato de gestão - Municipal	16	173.459	148.809
Custos e despesas operacionais			
Pessoal e encargos	17	(137.130)	(126.607)
Serviços profissionais	18	(18.644)	(18.076)
Gerais e administrativas		(6.184)	(5.334)
Materiais e medicamentos		(1.185)	(1.551)
Provisão para contingências		(232)	(3.622)
Depreciação e amortização		(783)	(786)
Impostos, taxas e contribuições		(281)	(381)
Provisão para devedores duvidosos		(6.204)	-
Outras receitas operacionais		624	2.757
		(170.018)	(153.599)
(Déficit) superávit antes do resultado financeiro		3.441	(4.791)
Resultado financeiro, líquido			
Receitas financeiras		279	111
Despesas financeiras		(543)	(84)
		(264)	27
Superávit do exercício proveniente de operações em continuidade		3.177	(4.764)
Operações descontinuadas		-	-
(Déficit) do exercício proveniente de operações descontinuadas		(13.498)	13.277
Superávit do exercício proveniente de operações em continuidade		(10.322)	8.513

Demonstrações de resultados abrangentes Exercício findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)			
	2015	2014	
(Déficit) superávit do exercício	3.177	8.513	
Resultados abrangentes	-	-	
Resultado abrangente total do exercício	3.177	8.513	

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercício findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)			
	2015	2014	
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
(Déficit) superávit do exercício	(10.322)	8.513	
Ajuste para:			
Provisão para contingências	3.958	3.622	
Reversão provisão para contingências	(3.727)	(239)	
Provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa	18.806	-	
Superávit (déficit) do exercício ajustado (Aumento/redução nos ativos em caixa e equivalentes de caixa)	8.715	11.896	
Contas a receber contrato de gestão	(10.834)	(21.899)	
Estoques	122	270	
Créditos diversos	1.267	(140)	
Depósitos judiciais	(143)	73	
Aumento/(redução) nos passivos em caixa e equivalentes de caixa	(450)	224	
Obrigações trabalhistas	(4.933)	2.211	
Obrigações tributárias	(974)	273	
Outras contas a pagar	9.573	(56)	
Fluxo de caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades operacionais	2.343	(7.148)	
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado	(23)	(315)	
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento	(23)	(315)	
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Recebimento de numerário para aquisição de imobilizado	23	315	
Recebimentos (pagamento) de empréstimos conta garantida	(2.365)	2.376	
Caixa líquido proveniente (usado nas) das atividades de financiamento	(2.342)	2.691	
(Redução) aumento líquida em caixa e equivalentes de caixa	(22)	(4.772)	
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	93	4.865	
No fim do exercício	71	93	
	(22)	(4.772)	

balhos voluntários, quando existentes, são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida nas despesas operacionais. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não ocorreram trabalhos voluntários na Entidade. **n. Operações descontinuadas:** Uma operação descontinuada é um componente de um negócio da Entidade que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distinguidos do resto da Entidade. Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações de resultados e de resultados abrangentes comparativas são reapresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo. O balanço patrimonial, demonstração de resultados e demonstração de fluxo de caixa das operações descontinuadas são apresentadas conforme nota explicativa nº 5. **o. Gerenciamento de risco financeiro:** A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de liquidez; • Risco de mercado. A Entidade apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na nota explicativa nº 20. **Estrutura do gerenciamento de risco:** As políticas de gerenciamento de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade. **5. Operações descontinuadas - contratos descontinuados:** Conforme nota explicativa nº 2, a Entidade descontinuou em 31 de março de 2015 os contratos de gestão e operacional relacionados a Microrregião de Socorro/Parelheiros contrato nº 11/2008, PSM Balneário São José contrato nº 14/2009 e PSM Maria Antonieta Ferreira de Barros contrato nº 24/2009. Esses contratos não eram anteriormente classificados como uma operação descontinuada ou como mantido para venda. A demonstração do resultado do período comparativo está sendo reapresentada para apresentar a operação descontinuada separadamente das operações continuadas. **a. Demonstração do resultado do período das operações descontinuadas:**

	2015	2014
Receitas operacionais líquidas		
Receitas contrato de gestão - Municipal	22.182	84.181
Custos e despesas operacionais		
Pessoal e encargos	(20.315)	(55.374)
Serviços profissionais	(2.827)	(8.749)
Gerais e administrativas	(486)	(2.509)
Materiais e medicamentos	(994)	(3.272)
Provisão para contingências	-	-
Depreciação e amortização	(18)	(18)
Impostos, taxas e contribuições	(8)	(92)
Provisão para devedores duvidosos	(12.603)	(1.854)
Outras receitas operacionais	1.710	806
	(35.541)	(71.062)
Déficit superávit operacional bruto	(13.359)	13.119
Resultado financeiro, líquido		
Receitas financeiras	-	160
Despesas financeiras	(139)	(2)
	(139)	158
(Déficit) superávit do exercício proveniente de operações descontinuadas	(13.498)	13.277